



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

Aos 22 de fevereiro do corrente ano, às 14 horas, pelo meio virtual via plataforma Teams, foi dado início à primeira reunião da Comissão de Acessibilidade, instituída pela Portaria Presi 43/2023, e cujos membros foram designados pela Portaria Presi 43, de 08 de fevereiro de 2024, a saber: I – Juíza Federal Substituta Natália Floripes Diniz, indicada pela Presidência do Tribunal, Presidente; II – Miriam Elias Penido, servidora representante da área de Acessibilidade e Inclusão; III – Gustavo Marcelo da Silva, servidor representante da área de Sustentabilidade; IV – Fernanda Câmara Pires, servidora representante da área de Gestão Estratégica; V – Jefferson Haine Maciel, servidor representante da área de Engenharia e Arquitetura; VI – Clésio José de Sousa Junior, servidor representante da área de Gestão de Pessoas; VII – Yuri Menezes dos Anjos Bispo, servidor representante da área de Tecnologia da Informação.

Pela presidente da comissão foi aberta a reunião, sendo ressaltado o enorme desafio da comissão no que pertine ao seu amplo campo de atuação, em consonância com a Resolução n. 401/2021 do CNJ, considerando as dificuldades estruturais e orçamentárias para atendimento das diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário.

Franqueada a palavra a todos os componentes presentes à reunião, que se apresentaram e informaram o seu respectivo campo de atuação, foi aberta discussão preliminar, sendo discutidos alguns aspectos relativos aos temas afetos a esta comissão, quais sejam: i) falta de recursos para alterações físicas; ii) necessidade de levantamento dos problemas de instalações físicas; iii) infraestrutura tecnológica para receber pessoas com deficiência; iv) necessidade de servidores com conhecimento na linguagem de libras; v) análise de diretrizes do Tribunal que podem ser alteradas sem necessidade de recursos financeiros; vi) pesquisa das iniciativas de outros Tribunais; vii) aspectos informativos sobre os diferentes tipos de deficiência.

Foi informado, na oportunidade, pela servidora Fernanda Câmara Pires Reis, que compõe esta comissão, que no âmbito do TRF - 6ª Região existem 43 servidores com deficiência (Fonte: SECGP) e 01 magistrado com deficiência (Fonte: Asmag).

Mencionou-se, ainda, acerca da necessidade de elaboração/contratação de laudo técnico de acessibilidade ampla das edificações do TRF 6 e da SJMG, de forma a obter um retrato atual das condições físicas e do potencial de solução existente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Por fim, a servidora Fernanda Câmara Pires Reis ficou por ora encarregada de realizar uma pesquisa acerca dos processos em andamento que já tratam do tema de acessibilidade.

Sem mais deliberações, encerrou-se a presente reunião.